

**IF BAIANO- CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM METODOLOGIA
CIENTÍFICA**

TAYLAN SANTANA SANTOS

**“LINHA POLÍTICA” E “ORIENTAÇÃO PARA A PRÁTICA”:
NOTAS TEÓRICAS DO MR-8 NO DEBATE SOBRE A REVOLUÇÃO SOCIALISTA
DURANTE A LUTA ARMADA (1969-1971).**

GOVERNADOR MANGABEIRA-BA

2018

TAYLAN SANTANA SANTOS

**“LINHA POLÍTICA” E “ORIENTAÇÃO PARA A PRÁTICA”:
NOTAS TEÓRICAS DO MR-8 NO DEBATE SOBRE A REVOLUÇÃO SOCIALISTA
DURANTE A LUTA ARMADA (1969-1971).**

Artigo Científico desenvolvido no Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Metodologia Científica no IF Baiano (Campus Governador Mangabeira), como parte das exigências do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientador: Prof. Me. Yang Borges Chung

GOVERNADOR MANGABEIRA-BA

2018

Folha de Aprovação

TAYLAN SANTANA SANTOS

**“LINHA POLÍTICA” E “ORIENTAÇÃO PARA A PRÁTICA”:
NOTAS TEÓRICAS DO MR-8 NO DEBATE SOBRE A REVOLUÇÃO SOCIALISTA
DURANTE A LUTA ARMADA (1969-1971).**

Artigo Científico (TCC), apresentado ao Instituto Federal Baiano (IF Baiano), como parte das exigências para a obtenção do título de Especialista em Metodologia Científica.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Me. Yang Borges Chung (Orientador)
Instituto Federal Baiano (IF Baiano)

Prof. Dr. Sudelmar Fernandes (Examinador)
Instituto Federal Baiano (IF Baiano)

Prof^ª. Dr. Sandra Regina Barbosa da Silva Souza (Examinadora)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Governador Mangabeira, Bahia, 06 de novembro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Registro meus sinceros agradecimentos aos que se somaram no apoio e na colaboração ao longo do desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso.

Agradeço a Deus pela sabedoria do alto que me foi concedida.

Aos meus familiares, especialmente meus pais, Valdomiro Cerqueira Santos e Marize da Silva Santana, pelo incomensurável amor e sacrífico de toda uma vida- minha eterna gratidão. À minha vovó Maria José Barreto (*in memoriam*), pelo seu zelo e valor que me foi depositado.

Meu “muito obrigado” à Milena de Oliveira da Costa, namorada e companheira incrível, que em todo tempo deu forças para eu vencer essa etapa- mais do que meus agradecimentos, meu sincero amor por você!

Agradeço ao grande amigo Luiz Eduardo Marques Lima, pelo companheirismo de sempre, assim como à Expedito Barbosa, grande mestre e amigo, Douglas Oliveira Sampaio, Polyana Jéssica do Carmo de Souza, Patrícia Fonseca, Deibith Brito, Ailton Farias, Olavo Rios, Carivaldo Junior e Josenaldo Souza Cruz, dentre outros amigos e amigas pela amizade e a torcida de sempre- a recíproca de nossas amizades será eterna!

Agradeço as minhas queridas professoras Maria das Neves Castro dos Santos, Eduarda Cristina Costa Sena e Sandra Regina Barbosa da Silva Souza pela referência permanente em minha trajetória acadêmica e pessoal. Suas lições são marcas que não se apagam.

Agradeço ao Instituto Federal Baiano (IF Baiano), ao Programa de Pós-Graduação em Metodologia Científica- seu corpo de servidores, discentes e docentes, especialmente a figura competente do coordenador Márcio dos Anjos São Pedro, o qual parabeno pela sua presteza e zelosa reputação ao seu ofício.

Agradeço ao professor orientador deste trabalho, Yang Borges Chung, pelo companheirismo, pela competência científica, e pela oportunidade que me foi concedida nesta parceria profícua que estreitou tanto nosso desenvolvimento acadêmico, como também nossa solidariedade proletária.

Agradeço ao examinador deste trabalho, Sudelmar Dias Fernandes, ex-militante do MR-8 e valoroso professor. Agradeço pelas suas orientações e registro meu apreço a ti.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a todos que não foram citados devido ao limite dessa página, mas que estão sempre comigo em nossa trajetória.

Aos militantes revolucionários sobreviventes do MR-8: Oldérico Campos Barreto, João Lopes Salgado, José Carlos de Souza, e todos os demais, inclusive os que morreram erguendo a bandeira da Revolução.

RESUMO

O presente artigo científico tem como objeto o estudo teórico dos documentos clandestinos da organização política “Movimento Revolucionário Oito de Outubro” (MR-8) durante a luta armada em face da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Nessa perspectiva, adotamos enquanto escopo de análise os documentos programáticos produzidos pela referida organização marxista-leninista denominados “Linha Política” e “Orientação para a Prática”. Formulados respectivamente em abril de 1969 e janeiro de 1971, tais documentos traduzem a concepção do MR-8 acerca da interpretação teórica da realidade brasileira daquele período, assim como seus apontamentos para a práxis militante em torno do debate sobre a “Revolução brasileira” entre as esquerdas armadas revolucionárias dos anos 60-70. Ao debruçarmos sobre os documentos clandestinos supracitados, compreendemos a estrutura, os aportes teóricos e as características internas do MR-8, além de situarmos a referida organização clandestina de esquerda no contexto de plena efervescência dos “anos de chumbo” da ditadura no Brasil. À luz do materialismo histórico e dialético, metodologicamente nos respaldamos com o estudo de fontes históricas como os documentos políticos do MR-8, relatos de seus militantes, assim como as substanciais referências teóricas/históricas situadas no arcabouço teórico do “marxismo revolucionário”.

Palavras-chave: Notas Teóricas; Revolução; Ditadura; Luta Armada; MR-8.

“Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário”
(Vladimir Ilitch Uliánov- Lenine)

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo científico tem como objeto o estudo teórico dos documentos clandestinos do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), uma organização marxista revolucionária, que durante a luta armada brasileira produziu os seguintes documentos: “Linha Política” em abril de 1969 e “Orientação para a Prática” em janeiro de 1971. Tais documentos apresentam um conjunto de esboços programáticos da referida organização para a luta contra a ditadura em curso no Brasil e em defesa da Revolução Socialista. Tal pesquisa se insere no campo temático da história da ditadura civil-militar¹ vigente no Brasil durante 21 anos (1964-1985), cujo escopo de análise visa apresentar uma leitura teórica acerca do MR-8 à luz dos documentos históricos aqui selecionados e correlacionados com as demais fontes da luta armada, além das referências situadas no aporte do marxismo revolucionário. Nosso objetivo central consiste em compreender a interpretação do MR-8 sobre a realidade brasileira do período e os caminhos apontados pela organização para a conquista da “Revolução” no Brasil.

Ao longo dos anos 60, as esquerdas brasileiras experimentaram um período de plena efervescência política e cultural caracterizada pelos “anos rebeldes”. Diante da instauração da ditadura civil-militar no Brasil, sob o contexto da Guerra Fria e os influxos das revoluções vitoriosas na China (1949) e em Cuba (1959), a luta revolucionária de oposição ao regime de exceção perpassou por uma trajetória política das esquerdas no Brasil, na qual ocorreram inúmeras cisões cujas rupturas possibilitaram o surgimento de organizações armadas na luta contra a ditadura.

Adotada enquanto objeto deste artigo, a organização da Dissidência Interna da Guanabara (DI-GB) tornou-se publicamente uma organização armada após a ação revolucionária do rapto do embaixador estadunidense Charles Elbrick, em 1969, oportunidade em que a DI-GB se autoproclamou enquanto “Movimento Revolucionário Oito de Outubro” (MR-8). No que concerne as suas formulações teóricas concebidas no âmbito da luta armada, seus pressupostos estimularam o debate sobre a interpretação e superação do capitalismo no país.

¹ Adotamos o conceito de ditadura “civil-militar” tomando como referência a clássica tese de René Dreyfus no que diz respeito a articulação da burguesia multinacional e associada no Brasil desde a deflagração do golpe de Estado em 1964 e a ditadura que se seguiu. Não obstante, reconhecemos que no campo da historiografia demais correntes de interpretação suscitaram novos olhares sobre a natureza do regime outorgado pelos militares (MELO, 2014, p. 11-21).

Para tanto, em abril de 1969, a DI-GB produziu um documento denominado “Linha Política”, segundo a qual foi apresentada a interpretação da organização acerca da conjuntura política e econômica do Brasil. Ademais, o MR-8 propõe no documento clandestino “Orientação para a Prática”, produzido em janeiro de 1971, um conjunto de orientações de cunho político-militar para a luta armada, concebendo a estratégia da referida organização na luta contra a ditadura e em defesa da Revolução socialista no Brasil.²

Nesse sentido, o problema epistemológico suscitado por este trabalho visa elucidar a seguinte questão: qual a contribuição teórica que os documentos clandestinos do MR-8 apresentam no debate sobre a revolução socialista durante a ditadura no Brasil? Para tanto, nos debruçando sobre tais documentos, partimos dos pressupostos teóricos-metodológicos do marxismo revolucionário a fim de compreendermos a crítica política sobre a realidade brasileira e o debate teórico acerca da Revolução no Brasil, preconizado pelo MR-8 ao longo dos anos de 1969-1971. Metodologicamente lançamos mão de uma discussão bibliográfica/historiográfica sobre o tema, exploração das fontes históricas selecionadas e análise do referencial teórico.

O presente artigo apresenta em seu desenvolvimento uma contextualização sobre a dinâmica do conjunto das esquerdas revolucionárias e uma síntese histórica do MR-8, discutindo teórica e metodologicamente as perspectivas difundidas pelo MR-8 nos documentos aqui selecionados, em correlação com os influxos da teoria do marxismo.

2. ESQUERDAS REVOLUCIONÁRIAS NA LUTA ARMADA NO BRASIL

No início dos anos 60 no Brasil, sob o paradigma das revoluções socialistas na Guerra Fria, especialmente a Revolução Cubana, surgiram diversas organizações revolucionárias que defendiam a luta armada enquanto estratégia fundamental da luta política, adotando o método da guerrilha para a conquista da Revolução brasileira. Nessa perspectiva, através do pioneirismo cubano e mediante a dimensão geográfica, política e econômica do Brasil em relação ao Cone Sul, engendrou-se uma cooperação entre Cuba e a esquerda revolucionária brasileira a fim de viabilizar o projeto do internacionalismo revolucionário na América Latina (ROLLEMBERG, 2007, p. 57-60).

Com o golpe de Estado civil-militar³ em 1964 no Brasil, grande parte da esquerda

² Os documentos “Linha Política” e “Orientação para a prática” encontra-se disponível na obra “Imagens da Revolução”, do historiador Daniel Aarão Reis Filho, ex-militante da DI-GB/MR-8 (REIS FILHO; SÁ, 2006, p. 340-350).

³ Em “1964: a conquista do Estado”, o cientista político René Dreifuss sistematizou uma concepção sobre o golpe de Estado no Brasil que se tornou uma corrente hegemônica na historiografia sobre a ditadura civil-militar. Trata-

brasileira assumiu a luta armada enquanto estratégia do projeto revolucionário durante a oposição política ao regime de exceção. Na contramão, a estratégia adotada pelo PCB na luta política foi caracterizada pela etapa da “revolução nacional-democrática”, que seria uma fase da revolução brasileira responsável pela destituição da ditadura contra os interesses do imperialismo, os latifundiários e a “reação” reacionária do regime em vigor. Para tanto, o partido assumia a defesa de uma “frente antiditatorial”, uma ampla frente política com a participação do proletariado, as massas camponesas, e setores da burguesia nacional não alinhados com o imperialismo. Esta frente teria como principal forma de luta a mobilização de massas, contando com a atuação “legal” desde o movimento sindical até a participação eleitoral do regime (RESOLUÇÃO POLÍTICA VI CONGRESSO NACIONAL DO PCB, 1967).⁴

Em contraposição ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), inseriram-se na perspectiva guerrilheira as organizações armadas a exemplos do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), a Aliança Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e as dissidências do PCB, em especial do Rio de Janeiro (DI-RJ) e da Guanabara (DI-GB/MR-8), o Comando de Libertação Nacional (COLINA), além das originadas após 1968, como a Vanguarda Armada Palmares (VAR-Palmares), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e a “Ala Vermelha” do PC do B (RIDENTI, 2010, p. 28-32). Em linhas gerais, tais organizações divergiam quanto ao caráter “etapista” da revolução brasileira defendida pelo PCB, e assumiam a necessidade do combate político armado como uma tática necessária para a estratégia revolucionária naquele momento.

Fragmentada, a esquerda revolucionária brasileira apresentava no conjunto das organizações armadas determinadas peculiaridades no que diz respeito ao tipo de organicidade reivindicado por cada organização, seja sob o “comando guerrilheiro” ou “partido armado”, assim como as formas de luta defendidas e executadas pelos grupos armados tais como a “luta de massas”, o “foco-guerrilheiro” e/ou a “guerrilha urbana e rural” (RIDENTI, 2010, p. 38-42).⁵ Não obstante os múltiplos e distintos aspectos que caracterizavam a heterogeneidade das

se de um importante estudo que certificou por meio de fontes históricas discutidas ao longo da obra, a participação efetiva da burguesia multinacional e associada brasileira em todo o processo de engendramento do movimento golpista de 1964, sendo o golpe de Estado deflagrado pelos militares e articulado desde antes pela referida burguesia através de aparelhos ideológicos como o complexo IPES-IBAD (DREIFUSS, 1981).

⁴ Segundo o sociólogo Marcelo Ridenti, esta linha política hegemônica no “partidão” (PCB), caracterizou-se pela teoria “etapista” da Revolução brasileira, ou seja quanto a necessidade de uma revolução burguesa como predecessora da revolução socialista no país, defendida sob uma perspectiva “nacional-reformista”, não adotando portanto, a opção da luta armada enquanto resistência política a ditadura no Brasil (RIDENTI, 2010, p. 27).

⁵ Para uma compreensão aprofundada sobre as diversas peculiaridades que constituíram o conjunto das esquerdas revolucionárias armadas, tais como suas origens, ações e perspectivas teóricas presentes na “constelação da esquerda brasileira” dos anos 60-70, ver: RIDENTI (2010).

organizações revolucionárias, prevalecia algumas similaridades tais como: a defesa irrestrita do uso das ações armadas, a renúncia quanto a disputa política institucional, adoção da clandestinidade por parte dos militantes, além da confluência de ideologias anticapitalistas e anti-imperialistas nos programas revolucionários de cada organização da esquerda armada (RIDENTI, 2010, p. 56-59). Ademais, em sua obra a respeito da dinâmica política desenvolvida pelas organizações armadas, o sociólogo Marcelo Ridenti salienta uma característica comum a todos esses grupos: a prática do “vanguardismo revolucionário”. No tocante a este aspecto, o sociólogo Marcelo Ridenti explica que:

Havia pelo menos um traço marcante comum às posições divergentes: a visão de que as organizações, independentemente das formas pelas quais estariam estruturadas, seriam a vanguarda iluminadora dos caminhos da revolução. No fundo, o centro das discussões estava no papel da suposta vanguarda, e não no movimento contraditório da sociedade de classes. (RIDENTI, 2010, p. 43).

Ou seja, no intento de constituir-se enquanto a vanguarda do proletariado brasileiro, as organizações revolucionárias superestimaram a crença de que uma pequena organização altamente disciplinada e bem treinada seria capaz de provocar a crise e derrubada da ditadura mediante a intensificação de ações armadas bem executadas.

Lançadas à intensa clandestinidade diante do cerco repressivo imposto pela ditadura, especialmente após o decreto do Ato Institucional nº 05 (AI-5)⁶, as esquerdas revolucionárias adentraram em um complexo processo de “imersão geral na luta armada” (GORENDER, 1990, p. 167-170). Nessa perspectiva, as esquerdas circunscritas no processo de radicalização revolucionária transformaram-se em estruturas orgânicas de resistência armada, cuja luta política foi subordinada ao modelo cada vez mais militarizado de organizações guerrilheiras político-militares autônomas e independentes. Assim, exerciam de maneira tática a práxis guerrilheira na clandestinidade, em um cenário marcado pela repressão política e o terrorismo de Estado no Brasil.

Durante o processo histórico da luta armada no Brasil, organizações de esquerda como a ALN e a DI-GB/MR-8 experimentaram um intenso engajamento na resistência revolucionária contra a ditadura. A ALN teve como quadro expoente o militante baiano Carlos Marighella, um dos revolucionários mais importantes da luta contra o regime de exceção, sendo considerado pela repressão política como o “inimigo número um da ditadura” (JOSÉ, 1997).⁷ Fundador da

⁶ O Ato Institucional Nº 5 foi um decreto de lei outorgado pelo então governo Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968. Além de promover o completo cerceamento das liberdades democráticas e políticas no Brasil, o decreto do AI-5 resultou no recrudescimento da repressão política às esquerdas, enquanto um mecanismo institucional de manutenção da famigerada “segurança nacional” (ALVES, 1985, p. 131).

⁷ Para um estudo sobre a biografia política de Carlos Marighella, recomendamos: NOVA; NÓVOA (1999); MAGALHÃES (2012).

ALN, e um dos principais dirigentes da luta armada no Brasil, Marighela sistematizou seu pensamento de vanguarda influenciado pela teoria castro-guevarista. Como síntese podemos destacar o princípio da ação revolucionária- “é a ação que faz a organização e a desenvolve. Ação significa violência revolucionária, luta armada, guerrilha. A ação cria tudo a partir do nada, do zero.” (ROLLEMBERG, 2007, p. 63-65). Evidenciamos também sua defesa quanto a dinâmica militante através da exaltação da combatividade e do antiteoricismo. Sem dúvidas, foi um dos mais perseguidos e mais combativos militante político contra a ditadura, cuja influência de teoria e ação revolucionária estimulou uma geração de militantes na luta armada em defesa da Revolução no Brasil.

Quanto a DI-GB/MR-8, a referida organização clandestina de esquerda armada foi uma das mais ativas no processo de oposição política frente a ditadura civil-militar no Brasil. Atuou de modo incisivo nas mobilizações de massas em 1968, e em ação conjunta com a ALN foi responsável pela ação política mais ousada contra a ditadura: o rapto do embaixador Charles Elbrick, em setembro de 1969. Neste artigo, visamos compreender a importância da organização em sua trajetória política, especialmente no que tange ao contributo do MR-8 no debate teórico entre as esquerdas revolucionárias sobre os caminhos da Revolução brasileira.

3. BREVE HISTÓRIA DO MR-8 NOS “ANOS DE CHUMBO” (1969-1971)

Em setembro de 1969, durante os “anos de chumbo” da ditadura civil-militar, foi lançado em cadeia nacional o manifesto do “Movimento Revolucionário Oito de Outubro” (MR-8) e “Aliança Libertadora Nacional” (ALN), acerca da mais famosa ação revolucionária contra o regime de exceção no Brasil: o rapto do embaixador dos EUA Charles Burke Elbrick.⁸ Na oportunidade, militantes revolucionárias de ambas organizações deflagraram a ousada operação que logrou na libertação de quinze prisioneiros políticos⁹ reivindicados pelas

⁸ Optamos por designar a ação revolucionária enquanto um “rapto”, conforme autoproclamado pelas organizações executoras, o MR-8 e a ALN, segundo consta no próprio manifesto “Ao povo brasileiro”, difundido em rede nacional nos canais de comunicação de todo o país (REIS FILHO, 1997, p. 227). Contrapondo a versão oficial de “sequestro” concebida pela imprensa a serviço da ditadura, o uso da nomenclatura “rapto” alude a compreensão de que o determinado ato não consistia em um crime comum, mas uma reação política frente ao contexto de recrudescimento da repressão política em voga no Brasil.

⁹ Os 15 presos políticos pedidos em troca do embaixador foram: Luís Travassos, José Dirceu e Vladimir Palmeira, líderes estudantis; José Ibrahim, líder sindical operário; Flávio Tavares, jornalista; Gregório Bezerra, dirigente do PCB em Pernambuco e um dos primeiros presos após o golpe militar; Onofre Pinto, dirigente da VPR e ex-militar; Ricardo Villas Boas, músico e integrante da Dissidência/MR-8; Ricardo Zaratini, engenheiro ligado a movimentos sindicais do Nordeste; Rolando Fratti do PCB; Agonalto Pacheco da ALN; Mário Zanconato do COLINA; Ivens Marchetti do MR-8; Leonardo Rocha da ALN e a única mulher do grupo, Maria Augusta Carneiro, do MR-8 e da Dissidência (LUNA, 2015, p. 179).

organizações, além da difusão em todo o país de um manifesto revolucionário. Além do resgate dos militantes até então cativos e submetidos as terríveis torturas da repressão, o feito do rapto do embaixador estadunidense também conquistou o rompimento da censura imposta pela ditadura, garantindo a visibilidade internacional para a luta guerrilheira no Brasil (Luna, 2015, p. 176-178). Ademais, foi a primeira e uma das poucas vezes que o regime ditatorial se submeteu a negociações diretas com organizações armadas.¹⁰

Ao cabo da ação, a ditadura cedeu libertando os quinze prisioneiros políticos que foram asilados no México. Por sua vez, o embaixador foi solto e os militantes raptos dispersados. Em que pese o sucesso da ação, o célere caso de repercussão internacional promoveu uma onda intensificada de perseguições da ditadura contra especialmente os guerrilheiros envolvidos no rapto, ampliando o alvo para todas as organizações de esquerda. Por conta dessa “caçada” repressiva perpetrada pela ditadura, todos os raptos foram presos em questão de dias (GORENDER, 1998, p. 184-186).¹¹

Esta ação revolucionária também ensejou o lançamento público do MR-8 enquanto uma organização da esquerda armada responsável pelo rapto do embaixador Charles Elbrick. No entanto, há que esclarecer que o curso da ação foi de autoria de militantes políticos da DI-GB em conjunto com a ALN, sendo que no ato da divulgação do manifesto a então Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB), se autoproclamou enquanto “Movimento Revolucionário Oito de Outubro” (MR-8), a fim de desmoralizar a ditadura, uma vez que a repressão política havia repercutido meses antes do rapto o desbaratamento da Dissidência Comunista do Rio de Janeiro (DI-RJ), nomeada pela repressão como “MR-8” (LUNA, 2015, p. 176).¹²

A despeito do lançamento público do “MR-8” durante a ação do rapto do embaixador dos EUA em setembro de 1969, vale ressaltar que a história do MR-8 antecede a tal fato, e circunscreve ao longo do processo de crise política do PCB que originou a formação da Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB), ainda no início dos anos 60. Portanto, as origens

¹⁰ As demais situações como esta também foram provenientes de sucessivos raptos de diplomatas estrangeiros como os casos do cônsul japonês (Nobuo Okuchi), e os embaixadores alemão (Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben) e suíço (Giovanni Enrico Bucher), realizados por distintas organizações revolucionárias (LUNA, 2015).

¹¹ Apesar de não ter participado do rapto, e tendo ciência desse feito somente após o seu acontecimento, Carlos Marighella foi um dos principais alvos da escalada repressiva pós- rapto do embaixador dos EUA. Foi assassinado em uma emboscada do carrasco torturador Sérgio Fleury, ainda no mesmo ano de 1969. Entre os militantes da ALN participantes da ação revolucionária, destacam-se Joaquim Câmara Ferreira (o “Toledo”), e Virgílio Gomes da Silva (o “Comandante Jonas”), ambos capturados e assassinados pela ditadura (SILVA, 2015, p. 82).

¹² Segundo o ex-militante da DI-GB/MR-8 Daniel Aarão Reis Filho, o “Oito de Outubro” tem como referência histórica a data da morte do guerrilheiro Ernesto Che Guevara, expoente inspirador das esquerdas revolucionárias no Brasil, assassinado em 1967 (REIS FILHO, 1997, p. 76). Na época acreditava-se que Che Guevara havia sido morto em 08/10/1967, todavia, recentes estudos certificam que na referida data Che foi capturado, sendo executado pelo governo boliviano e a CIA apenas em 09/10/1967 (SILVA, 2015, p. 94).

da DI-GB/MR-8 estão diretamente relacionadas ao contexto transcorrido no pré-rapto (1969), no bojo da crise de paradigma sofrida pelo PCB.¹³

Segundo o historiador e ex-militante da DI-GB/MR-8 Daniel Aarão Reis Filho, a formação da DI-GB esteve intrinsecamente ligada ao desenvolvimento de uma “fração” interna ao PCB, cuja função deste determinado grupo político na Guanabara foi organizar uma disputa interna visando encaminhar a sua linha política para o partido. Com o seu crescimento político, a fração suscitou a construção política da Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB), atuando de maneira duplamente clandestina: tanto do ponto de vista da repressão política da ditadura, como no âmbito do comitê central do PCB (Camurça; Reis Filho, 2007, p. 145-148). Em contraposição a diretriz delineada pelo PCB durante as eleições parlamentares de 1966, os dissidentes da Guanabara defenderam uma ampla campanha de boicote eleitoral.¹⁴ Por conseguinte, a DI-GB rompe definitivamente com o PCB, tornando-se uma organização de esquerda clandestina e independente do partido (CAMURÇA; REIS FILHO, 2007, p. 150-152).

Destacada pela ampla composição de quadros estudantis na organização¹⁵, a DI-GB atuou nas mobilizações de 1968¹⁶ enquanto a principal vanguarda do movimento estudantil, articulando a luta dos estudantes na luta de “massas” contra a ditadura. Participante ativa nas batalhas campais das ruas do Rio de Janeiro, a DI-GB alçou projeção nacional entre as esquerdas de todo o país.

No final do ano de 1968, diante do refluxo da luta de massas tendo em vista o endurecimento da repressão política através do decreto “AI-5”, a DI-GB optou pela adoção de uma política radicalizada através da execução de ações armadas a exemplo de expropriações bancárias e confiscos de armas e munições com fins revolucionários, sob o contexto da “imersão geral” das esquerdas na luta armada (Gorender, 1998, p. 167). Desde então, o MR-8 passou a se estruturar em um tipo de organização de tipo “comando guerrilheiro”, e a partir de

¹³ Em meio a conjuntura pré-golpe de Estado em 1964 e especialmente após 64, o PCB, até então a principal representação comunista do país, sofreu um desgastante processo de disputa por parte dos principais grupos políticos internos, desencadeando um saldo de cisões e “rachas” no partido. De acordo com a historiadora Izabel da Silva, o conflito pela linha política entre o Comitê Central do partido e os distintos grupos internos resultou em duas vertentes: a formação da “Corrente Revolucionária” (composta por militantes históricos como Marighella, Jacob Gorender, Mário Alves e Apolônio de Carvalho), e o surgimento das dissidências internas, as “DIs” fragmentadas em vários estados do Brasil como São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e a Guanabara (SILVA, 2015, p. 78).

¹⁴ Na oportunidade, o PCB havia definido apoio aos candidatos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), reconhecido pelas dissidências enquanto a “oposição consentida” da ditadura.

¹⁵ Os estudantes compuseram cerca de quase 50% da militância da DI-GB/MR-8, segundo os dados do “Brasil: nunca mais” (SILVA, 2015, p. 83).

¹⁶ 1968, o “ano que não terminou” - neste ano, o mundo foi abalado por diversas ondas de protestos e manifestações contrárias a ordem vigente. O “maio francês”, a primavera de Praga e os demais movimentos no leste europeu e a resistência no Brasil ratificaram a máxima de que o ano de 68 foi um “ano que não terminou” diante das consequências que a cultura política de agitação geraria nos anos subsequentes (VENTURA, 2008).

frentes de atuação: como a Frente de Trabalho Armado (FTA), Frente de Trabalho Operário (FTO) e a Frente de Trabalho das Camadas Médias (FTCM), (SOUZA, 2013, p. 58).

Enquanto desdobramento de sua trajetória política, ainda em 1969, a DI-GB/MR-8 ensejou uma articulação orgânica com dissidentes baianos do PCB, resultando na formação de uma base política do MR-8 em Salvador. Além de sua atuação clandestina na referida cidade, a organização iniciou um embrionário trabalho político no campo na região de Brotas de Macaúbas, sertão baiano, área que serviu enquanto um recuo estratégico para o setor de campo do MR-8, especialmente para Carlos Lamarca¹⁷, ex-capitão do exército e principal nome da luta armada após a morte de Carlos Marighella. Em 1971, em plena perseguição intensiva a Lamarca, o MR-8 sofreu um grande revés: a instauração da Operação Pajussara, uma complexa missão de guerra da ditadura, que resultou na completa desestruturação do MR-8 na Bahia, cujos poucos sobreviventes recorreram ao exílio.¹⁸

Em suma, ao longo de sua trajetória entre os anos de 1969-1971, os anos mais acirrados do período de “chumbo” no Brasil, o MR-8 teve sua prática política norteadada pelo conjunto de interpretações sobre a realidade brasileira e pressupostos para a estratégia da Revolução no Brasil. Nesse sentido, o estudo dos escritos sistematizados em “Linha Política” (abril de 1969) e “Orientação para a Prática” (janeiro de 1971), nos permitem compreender a natureza da estratégia revolucionária concebida pelo MR-8, assim como a contribuição teórica da organização no debate sobre a revolução brasileira no âmbito da luta armada.

4. NOTAS TEÓRICAS DO MR-8 NO DEBATE SOBRE A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

4.1. MARXISMO E REVOLUÇÃO

Ao longo dos anos 60, as esquerdas brasileiras apresentaram distintas leituras teóricas acerca da realidade brasileira visando sua transformação social. Inserido nessa perspectiva e

¹⁷ Carlos Lamarca ingressou no Exército em 1955. Nos anos 60, ainda nas forças armadas, entrou em contato com os ideais comunistas do PCB e aderiu a resistência política contra a ditadura vigente. Na luta armada, o capitão Lamarca se destacou como um combatente militar reconhecido pela sua disposição, disciplina e coragem na práxis revolucionária. Militante pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), e posteriormente pelo MR-8, Lamarca participou de diversas ações revolucionárias de guerrilha urbana, entre as quais destacamos: o confisco do cofre do governador Adhemar de Barros (Rio de Janeiro, 1969), além do rapto do embaixador suíço (Rio de Janeiro, 1970). Sua captura se tornou uma questão fundamental para as forças armadas no poder, que aludia Carlos Lamarca como o principal influente das ações armadas da esquerda revolucionária (JOSÉ; MIRANDA, 1998, p. 164-166).

¹⁸ Sobre a trajetória do MR-8 na Bahia, tal como sua formação, atividades políticas e sua “queda” por conta da “Operação Pajussara”, indicamos a obra “Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)”, da historiadora Sandra Regina Barbosa da Silva Souza, principal referência sobre o estudo da luta armada na Bahia (SOUZA, 2013).

referenciado pelo marxismo, o MR-8 constituiu-se enquanto uma organização revolucionária marxista-leninista, adepta da concepção materialista e dialética da história enquanto um método científico para a interpretação da realidade.

O marxismo se constitui enquanto uma ciência revolucionária caracterizada enquanto uma teoria social acerca da história das sociedades humanas, assim como uma crítica ao capitalismo industrial através da “Crítica da Economia Política”, além de uma ciência política no sentido da superação da ordem burguesa e a construção da sociedade comunista por meio da Revolução Socialista. Sob a ótica marxista, o fundamento das sociedades humanas tem sido o desenvolvimento das relações materiais de existência (MARX; ENGELS, 2010, p. 53-54). Desta compreensão histórica sistematizada pelos teóricos revolucionários Karl Marx e Friedrich Engels, depreende-se o estudo dos modos de produção e a “crítica à economia política”, cujo escopo centraliza-se nas contradições estruturais inerentes da “luta de classes” no âmbito do modo de produção capitalista (MARX, 2008, p. 288). Ao formular uma crítica ao Modo de Produção Capitalista (MPC), expondo sua estrutura sistêmica e suas contradições (MARX, 2013), Karl Marx ainda preconiza a solução das crises iminentes ao capitalismo por meio da teoria política acerca da “Revolução”.

Ademais, ao delinear a ruptura com o idealismo alemão, Marx e Engels (1974, p. 11) postulam: “O que os filósofos fizeram até o momento foi interpretar o mundo; o que interessa, porém, é transformá-lo”. Nessa perspectiva, adotando a centralidade do papel da transformação social, o marxismo assume, portanto, a natureza da “filosofia da práxis”: uma concepção cujos pressupostos tornam inexorável a correlação existente entre a teoria e a prática revolucionária.

Deste modo, a categoria analítica da “Revolução” ocupa um importante *locus* na teoria de Marx, sendo este considerado “o grande teórico da Revolução” (MAGALHÃES, 2016, p. 57). Em suma, a “Revolução” em Marx consiste na principal força motriz da história, capaz de transformar a base econômica de uma determinada sociedade e “mais ou menos rapidamente toda a imensa superestrutura erigida sobre ela” (MARX, 2008, p. 288). No entanto, tal transformação não é autônoma, tampouco natural. Embora seja parte do devir histórico da humanidade, a efetivação da revolução decorre e também depende da luta política exercida sob o Estado.

Marx demarca o caráter classista do Estado ao anunciá-lo enquanto um “comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia” (MARX; ENGELS, 1999, p. 12).¹⁹ Assim sendo,

¹⁹ A despeito da complexidade que o conceito teórico de “Estado” nos remete, adotamos enquanto análise neste artigo a compreensão comumente denominada de concepção instrumental ou restrita do Estado em Marx, segundo

na dinâmica da luta de classes, o Estado exerce os objetivos de domínio da burguesia em detrimento do proletariado e a manutenção da ordem capitalista. O cenário propício para a revolução consiste, portanto, no aguçamento dessa contradição que irrompe a classe proletária à tomada do poder do Estado para a transformação radical da “velha” sociedade desde então, mediante a “derrubada violenta de toda a ordem social existente” (MARX; ENGELS, 1999, p. 16).²⁰

No marxismo, o Estado assume o centro político da dominação de classes, cujo “poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra” (MARX; ENGELS, 1999, p. 86). Nesse sentido, a revolução no marxismo adquire um duplo conceito: uma revolução social, mediante a transformação do modo de produção da vida material em sua infraestrutura econômica, assim como uma revolução política concernente aos conflitos de poder das classes antagônicas no âmbito do Estado. Em síntese, a revolução é o “princípio que impulsiona a mudança nas sociedades, mormente a transformação da sociedade capitalista para a sociedade socialista” (MAGALHÃES, 2016, p. 58).

Há que se ressaltar que durante o curso da humanidade, sucessivos movimentos revolucionários foram experimentados sob a influência do “socialismo científico”. Nessa perspectiva, destacam-se: o primeiro governo operário na história com a Comuna de Paris na França em 1871, além do maior acontecimento do século XX: a Revolução Russa em 1917- a primeira revolução proletária triunfante na história. No Brasil, o “espectro” da Revolução brasileira esteve presente na conjuntura de efervescência política nos anos 60, em particular durante a luta armada da esquerda revolucionária contra a ditadura em voga.

Nesse contexto, o conjunto das organizações armadas no Brasil lograram em apontar distintos programas, notas e teses no debate teórico acerca da “Revolução brasileira”, a luz do marxismo. Por sua vez, selecionamos como objeto de estudo deste artigo a contribuição do MR-8 nos apontamentos dos seus documentos clandestinos “Linha Política” (abril de 1969) e “Orientação para a Prática” (janeiro de 1971), redigidos no clímax político dos “anos de chumbo” no Brasil.²¹

a qual, o Estado representa um instrumento político de dominação de classe, assim como um papel de hegemonia do *status quo*.

²⁰ As formulações sobre o “Estado” desenvolvidas por Karl Marx também foram influenciadas pelos apontamentos teóricos de Engels em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, na qual, Friedrich Engels assimila o processo histórico de desagregação das sociedades comunais primitivas, mediante a o surgimento e concentração da propriedade privada, a formação das famílias em substituição ao modo gentílico de comunidade, e a construção sistêmica do Estado enquanto um aparato jurídico-burocrático e institucional gerenciado pela classe dominante na sociedade (ENGELS, 1985).

²¹ Ressaltamos que o objetivo central deste artigo não consiste em apresentar as teses dos referidos documentos do MR-8 como superiores às demais organizações armadas. Antes, nosso escopo visa discutir a contribuição teórica do MR-8 no debate sobre a revolução brasileira, apresentando sua linha de interpretação sobre a realidade no Brasil

4.2. “LINHA POLÍTICA”: UMA INTERPRETAÇÃO SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA

Em abril de 1969, o futuro MR-8, então DI-GB, realizou sua III Conferência, cujo evento resultou na definição da organização enquanto uma “organização comunista empenhada na guerra revolucionária” (REIS FILHO, 2006, p. 340), efetivando o início da participação da DI-GB no processo político da luta armada no Brasil. Ademais, a oportunidade desta conferência clandestina da organização culminou na redação de um documento político de circulação interna denominado “Linha Política”.

O referido documento discorre acerca da interpretação da DI-GB/MR-8 sobre a realidade brasileira, incluindo a conjuntura política e econômica no plano nacional e internacional e os apontamentos teóricos da organização quanto ao caráter e a estratégia da Revolução brasileira.

O primeiro tópico analisado pela organização em “Linha Política” consiste na “situação internacional”. Neste tema, a DI-GB/MR-8 aponta a transformação do caráter imperialista do capitalismo ao longo da primeira metade do século XX. Desde então, o capitalismo “passou da fase colonialista, caracterizada pela exportação de produtos manufaturados pelas metrópoles em troca de matérias-primas dos países subordinados, à fase monopolista caracterizada pela exportação de capitais” (Linha Política, 2006, p. 341). Ainda segundo o MR-8, a fase imperialista garantiu a associação entre o poder econômico com os governos com base em uma máquina “burocrático-militar poderosa e racional”, cujo os EUA se constituía enquanto um símbolo da vanguarda desse tipo de Estado monopolista.

Enquanto uma organização marxista-leninista, a análise do MR-8 sobre a nova fase do imperialismo em vigor foi amplamente influenciada pelo aporte teórico do teórico revolucionário Vladimir Ilyich Ulyanov, Lênin, responsável por sistematizar um estudo do imperialismo.²² Em “Imperialismo: fase superior do capitalismo” (1917)²³, Lênin expõe sua

e as diretrizes apontadas para a efetivação da luta revolucionária no país, destacando seus influxos no âmbito do marxismo revolucionário.

²² Vladímir Ilitch Uliánov Lênin (1870-1924), foi o mais importante dirigente bolchevique e chefe de Estado soviético, líder revolucionário da nova etapa da história universal inaugurada pela Revolução Russa em outubro de 1917. Ao longo de sua trajetória política e intelectual escreveu uma série de artigos e livros que inspiraram a formação do “marxismo-leninismo”, uma perspectiva de continuidade teórica entre o pensamento de Karl Marx, Friedrich Engels e o próprio Lênin, influenciando uma geração de comunistas pós Revolução Russa.

²³ A obra “Imperialismo: fase superior do capitalismo” de Vladimir Lênin foi lançada às vésperas da Revolução de Fevereiro na Rússia em 1917, sendo redigida no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Concatenando sua teoria e a prática revolucionária, Lênin traduz a síntese da “filosofia da práxis”, elemento inerente ao marxismo revolucionário, mediante a associação inextrincável da teoria e a prática do sujeito revolucionário (LÊNIN, 1982).

teoria política e econômica acerca da nova fase do Imperialismo, mediante o capitalismo monopolista. Enquanto principais notas teóricas a respeito de sua obra, *Lênine* analisa a saturação do capitalismo constituído pela “livre concorrência” e sua superação através de um novo capitalismo transformado em sistema universal de “estrangulamento financeiro da maioria da população por um punhado de países avançados”. Assim, demarcando o caráter monopolista em escala mundial, Lênin afirma que em sua “fase histórica superior” - o Imperialismo-, o capitalismo ofereceu uma situação de privilégio monopolista a um punhado de cerca de menos de “um quinto dos países ricos que saqueiam o resto do mundo” (LÊNIN, 1979).

Em linhas gerais, a teoria de Lênin sobre o Imperialismo postulou determinados aspectos fundamentais para a compreensão do capitalismo monopolista, dentre os quais destaca-se:

- 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.²⁴

A partir destes e outros apontamentos teóricos, a referida obra do dirigente revolucionário Vladimir Lênin contribuiu sobremaneira para a compreensão histórica acerca do processo de transformação econômica do capitalismo no imperialismo, legando uma referência explorada pelo MR-8 em seu estudo conjuntural no documento “Linha Política”.²⁵

A partir deste influxo, o MR-8 aprofundou sua análise de conjuntura internacional acerca do imperialismo, mediante a percepção firmada no seu documento quanto ao processo de minimização das contradições entre a burguesia local/nacional dos países periféricos e as potências imperialistas, ocorrendo a associação destas em “mercados comuns” (Linha Política, 2006, p. 341). Ademais, conforme o MR-8, o imperialismo vigente formou a economia capitalista dependente, na qual, as classes exploradas dos países dependentes representam a “vanguarda da revolução mundial” (LINHA POLÍTICA, 2006, p. 341).

Correlacionando a referida obra de Lênin e o documento do MR-8, depreende-se que a atenuação das contradições existentes entre o capital nacional e o capital internacional, constituiu uma dupla contradição sistemática para o capitalismo mundial ao longo do século

²⁴ LENIN, Vladimir. *Obras completas*, tomo XXVII, páginas 405-406.

²⁵ Segundo Lênin, “o imperialismo seria uma antessala da revolução proletária” (1979). Por seu turno, o aguçamento das contradições provocadas no capitalismo imperialista ao longo dos anos 60 estimulava a concepção da DI-GB/MR-8 quanto as condições favoráveis à revolução brasileira, sendo a luta armada um caminho essencial para conquistá-la.

XX: a luta de classes entre as classes exploradas pelo capital monopolista (associado e dependente) *versus* o imperialismo e suas classes exploradas pela burguesia multinacional. Por sua vez, o MR-8 estabelece em seu documento que ao longo dos anos 60, a contradição principal na geopolítica global foi no âmbito do acirramento da luta de classes nos países dependentes, cuja contradição também se associava nos países monopolistas (Linha Política, 2006, p. 341-342). Por conseguinte, a relação dicotômica entre o “proletariado x burguesia multinacional” nos Estados dependentes, configurava-se, portanto, no cerne da atual problemática em questão.

Inserindo o Brasil nesta conjuntura mundial, o MR-8 disserta a respeito da “etapa e as forças estratégicas da revolução brasileira”, tópico fundamental no documento “Linha Política”. Neste tema, a organização apresenta sua interpretação teórica quanto a realidade brasileira, o tipo de capitalismo em voga no país e a caracterização da revolução no Brasil- sua etapa, seu caráter e as forças revolucionárias. A priori, o MR-8 define da seguinte maneira sua síntese no que tange a sociedade brasileira:

A sociedade brasileira caracteriza-se pela estrutura capitalista de produção. O processo capitalista reveste em nosso país a forma de capitalismo dependente, integrado no processo imperialista no qual as empresas multinacionais monopolistas constituem o motor e a burguesia norte-americana a vanguarda. Os maiores obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas na sociedade provêm das condições do capitalismo dependente, incapaz de liberar a sociedade do atraso em que ela se encontra e da exploração imperialista que a domina (LINHA POLÍTICA, 2006, p. 343).

Partindo desse pressuposto, a organização concebia o modelo de capitalismo dependente no Brasil, constituído especialmente pelo processo político-econômico de integração por dependência entre o capital nacional e o imperialismo. Por conseguinte, a burguesia local era vista enquanto uma força aliada do imperialismo na formação do capitalismo dependente em nível internacional.²⁶ Como agravante, as consequências derivadas deste processo político-econômico consistiam na ampla exploração das massas urbanas e rurais e a instauração de regimes políticos ditatoriais, a exemplo da ditadura civil-militar no Brasil desde 1964 (LINHA POLÍTICA, 2006, p. 343).²⁷

²⁶ Em uma breve análise acerca da dependência do capitalismo brasileiro ao longo da ditadura, ressaltamos que as classes dominantes articuladas aos setores multinacionais conseguiram implementar grande parte do seu projeto econômico por meio da coalizão com os governos militares. Em suma, tal projeto imprimiu um modelo de reprodução e acumulação do capital no país, dependente dos interesses do mercado externo e sustentado pelos altos índices de empréstimos estrangeiros. Por conseguinte, acirrou-se a concentração de riqueza da burguesia multinacional no país, a superexploração da classe trabalhadora e a subordinação político-econômica ao mercado externo. Dentre as principais análises sobre a relação ditadura e dependência do capitalismo brasileiro, citamos os teóricos clássicos das ciências sociais no Brasil: OLIVEIRA (2003); SANTOS (2000); FERNANDES (1981); PRADO JR (1977).

²⁷ O caráter multinacional da burguesia brasileira foi sistematicamente estudado pelo cientista político marxista René Armand Dreifuss, na qual o autor apresenta a associação orgânica do capital multinacional e associado a

Ao evidenciar que o imperialismo se engendrava no interior da sociedade brasileira por meio da associação orgânica e dependente entre a burguesia nacional e o capital multinacional, o MR-8 preconizava a principal contradição sistemática no âmago da realidade brasileira: o proletariado *versus* a burguesia, pela qual, segundo a organização, “destruir o imperialismo significa necessariamente destruir a burguesia local e vice-versa” (Linha Política, 2006, p. 344). Nessa perspectiva, o MR-8 refutava categoricamente quaisquer possibilidades de cooperação ou aliança da classe proletária com a burguesia em um processo revolucionário, haja vista a incapacidade desta em “dirigir ou participar de uma luta radical antiimperialista” (Linha Política, 2006, p.343). Ou seja, com a conquista do Estado através do golpe de 64, as condições efetivas da dominação burguesa haviam sido postas sob a forma do capitalismo dependente no Brasil.²⁸

Em sua concepção quanto a revolução, o MR-8 definiu em seu documento a “etapa socialista da revolução brasileira” (Linha Política, 2006, p.345), o papel dirigente da classe operária, representada por sua vanguarda política ao longo do processo revolucionário. Entre as razões, destacam-se: o operariado conserva sua posição no setor estratégico da economia do país, trata-se da única classe “cuja vitória corresponde ao interesse objetivo das outras classes exploradas da sociedade”, e ademais, o próprio capitalismo cria as condições para a organização do proletariado através da dinâmica de trabalho. Assim, ao longo do processo revolucionário, afirmando sua hegemonia, a classe proletária também deveria desenvolver sua política independente no curso da revolução (LINHA POLÍTICA, 2006, p. 344-345).

Reivindicando o proletariado enquanto força motriz da revolução, o MR-8 também assume o caráter socialista da Revolução brasileira. Segundo a qual, o “único Estado capaz de cumprir esta etapa (socialista) até as últimas consequências é a ditadura do proletariado”, revestindo a forma de governo dos trabalhadores das cidades e do campo (Linha Política, 2006, p.346).²⁹ Por sua vez, o MR-8 determina o caráter socialista da revolução brasileira mediante

burguesia brasileira, assim como a consolidação da estrutura dependente do capitalismo brasileiro com o golpe de Estado civil-militar e a instauração da ditadura no Brasil (DREIFUSS, 1981).

²⁸ Tal premissa preconizada pelo MR-8 se contrapunha diretamente com o “mito da feudalização” do PCB, que por sua vez concebia uma realidade brasileira de capitalismo atrasado, cujo processo revolucionário necessitava da então “revolução burguesa” como etapa inicial da revolução brasileira, a fim de garantir a “libertação nacional” perante o imperialismo (RIDENTI, 2010, 32-34). Nesse sentido, segundo as teses do PCB, a luta pela revolução no Brasil requeria a aliança da burguesia junto ao proletariado no movimento revolucionário. Como antítese, o MR-8 defendia que as condições da revolução burguesa já haviam sido consolidadas mediante a estrutura do capitalismo dependente no Brasil, que alinhou a burguesia nacional ao capitalismo externo e cujas contradições foram atenuadas através da associação econômica dependente dessas classes dominantes.

²⁹ Conforme Marx (1977, p. 223): “entre a sociedade capitalista e a comunista fica o período da transformação revolucionária de uma na outra ao qual corresponde também um período político de transição cujo estado não pode ser senão a ditadura revolucionária do proletariado”.

um conjunto de transformações radicalizadas no seio da sociedade, cujas tarefas do poder revolucionário perpassavam pelas seguintes medidas:

Nacionalização dos grandes monopólios nos setores rurais e urbanos e do comércio externo; destruição das instituições burguesas que são a base e a expressão do capitalismo dependente; destruição do exército burguês e do conjunto do aparelho de repressão existente- distribuição de armadas ao conjunto das classes exploradas; economia planificada; pleno emprego e melhoria das condições de habitação, transporte, alimentação, saúde e educação para todo o povo (LINHA POLÍTICA, 2006, p. 346).

Conforme expusemos, as notas teóricas aqui discutidas revelam uma concepção do MR-8 sobre a realidade no Brasil, situando o projeto político revolucionário da organização quanto o caminho da luta armada ao encontro da Revolução brasileira.

4.3. “ORIENTAÇÃO PARA A PRÁTICA”: A ESTRATÉGIA DO MR-8 PARA A LUTA ARMADA

Em documento clandestino “Orientação para a prática”, redigido em janeiro de 1971, o MR-8 definiu um conjunto de orientações metodológicas no que se refere a dinâmica do trabalho político da organização frente a luta armada.

A priori, cabe ressaltar a análise apresentada pelo MR-8 acerca do contexto histórico daquele período, cuja interpretação respaldou a definição das diretrizes da prática política a ser construída pela militância revolucionária. Nesse sentido, no tópico denominado “A situação atual-nossa tática”, a referida organização disserta sobre o período inicial dos anos 70. Sobre tal contexto são enfatizadas as contradições sistêmicas oriundas do então “Milagre econômico” no Brasil. Portanto, o MR-8 ressalta o antagonismo em vigor: altas taxas de crescimento e abertura de mercados externos em favor da burguesia, em detrimento da “crise conjuntural vivida pela sociedade brasileira” desde 1964, à custa das “massas de trabalhadores, de setores de classe média e das pequenas empresas”, atreladas ao problema de desemprego no Brasil superior a 10%, com cerca de 46% de subemprego (ORIENTAÇÃO PARA A PRÁTICA, 2006, p. 350).

Sobre a “crise estrutural” do capitalismo brasileiro, o MR-8 aponta que “a maior parte da sociedade é mantida à margem dos progressos realizados”, sob um conjunto de contradições sistematicamente engendradas na estrutura econômica brasileira e correspondidas em seus processos superestruturais como a política do Estado no Brasil (ORIENTAÇÃO PARA A PRÁTICA, 2006, p. 351).³⁰

³⁰ Concernente a política no Brasil, o MR-8 assinala a verdadeira natureza classista do Estado, envolto em um

Em face deste contexto histórico, o MR-8 caracterizou diversas orientações da organização para a definição de suas etapas e diretrizes quanto a práxis militante no curso da denominada “Guerra revolucionária” no Brasil, uma “guerra pelo socialismo”, assumida pela “ótica proletária”. Segundo o documento clandestino, tal estratégia constitui a maneira de resolver a contradição principal e o caminho essencial da revolução no Brasil. Para tanto, a “Guerra Revolucionária” deveria ser compreendida como um processo político e não como uma explicitação militar da luta política no país. Desse modo, consiste em um conjunto das formas de luta, inseridas no contexto armado, além da combinação das formas armadas e não-armadas de luta, manifestadas no decorrer do processo revolucionário (ORIENTAÇÃO PARA A PRÁTICA, 2006, p. 347).

Mediante tal premissa, o MR-8 assumia a luta armada enquanto um caminho essencialmente político, e não meramente militar, cuja diversidade das formas de luta- “armadas e não-armadas”, formavam o aspecto político-militar da organização revolucionária. Nesse sentido, o MR-8 acirrava o debate estratégico sobre a luta armada, através do contraponto teórico-metodológico para com as organizações armadas foquistas e/ou aquelas que compreendiam a luta armada sob a total centralidade da “ação pela ação”.

Em suma, as organizações armadas consideradas “foquistas” foram aquelas que reivindicavam em sua teoria e práxis política a teoria do foco-guerrilheiro ou foquismo, difundido pelas obras “La Guerra de Guerrilhas” (1961) de Ernesto Che Guevara, e “Revolução na Revolução” (1967) de Régis Debray, nas quais, o guevarismo e as interpretações concebidas pelo “debraysmo”, constituíram o principal influxo teórico e prático para tais organizações na dinâmica da luta armada.³¹

No “foquismo”, o núcleo estratégico da revolução seria um grupo armado inserido no campo que desenvolveria um processo de luta política-militar junto aos camponeses. O cenário principal dessa experiência política estaria circunscrito em uma zona rural de difícil, capaz de garantir as condições de mobilidade, flexibilidade e o fator surpresa, aliado a necessidade de camuflagem e desvio da repressão concentrada nos centros urbanos. Tal processo seria

regime militar que visava aplicar o modelo de desenvolvimento da burguesia, a custo de medidas antipopulares. Sob tal pressuposto, o documento desmistifica a versão que concebia a ditadura enquanto uma obra de “alguns militares fascistas”, ressaltando seu caráter de classe, seus objetivos político-econômicos e o uso sistemático da repressão como uma “carta branca aos órgãos de repressão”, utilizados como instrumentos de manutenção do regime de exceção. A partir desta caracterização, o MR-8 reafirma o seu centro tático na luta revolucionária: derrotar a ditadura, mediante uma revolução socialista, a tão almejada “Revolução brasileira” (ORIENTAÇÃO PARA A PRÁTICA, 2006, p. 350-351).

³¹ Entre estas organizações, Marcelo Ridenti destaca a DI-RJ e COLINA, enquanto organizações assumidamente “foquistas” (RIDENTI, 2010, p. 46-49). Ademais, sobretudo cabe destacar que a teoria guevarista concebida em “Guerra de Guerrilhas” (1961), influenciou todo o conjunto da esquerda revolucionária brasileira nos anos 60-70, desde os encontros e desencontros entre as organizações brasileiras e a forma de luta pelo “foco revolucionário”.

desencadeado em três etapas: uma propaganda política da luta armada e instalação do foco, a penetração da vanguarda guerrilheira nas massas camponesas e a constituição do exército libertador responsável pelo confronto guerrilheiro ante o Estado em vigor e a tomada do poder político (SOUZA, 2013, p. 15-17).

Se por um lado as teses guerrilheiras de Che Guevara e Régis Debray exerceram forte influência na atuação de várias organizações armadas no Brasil, por outro, o modo como tais teorias foram assimiladas e executadas no país foram amplamente debatidas, sendo até mesmo contestadas e muitas vezes rechaçadas. Entre as principais críticas tecidas, destacamos: a supervalorização do militarismo- ação de um grupo guerrilheiro altamente qualificado e disciplinado e a consequente secundarização da luta de massas no processo revolucionário- elemento que, conforme adverte Jacob Gorender, ex-militante do PCBR, não condiz com a importância da participação camponesa na Revolução Cubana.³² Assim, para a militância crítica à teoria do foco, o foquismo do modo como foi propalado e recepcionado por setores da esquerda armada, acabava por criar o “mito” mediante uma concepção de primazia do fator militar sobre o político e o foco-guerrilheiro sobre o partido revolucionário. Para além desses aspectos, o foquismo estimulava o mito do sucesso da revolução a partir do “nada”, prescindindo da necessidade imediata da participação das massas no processo político (GORENDER, 1999, p. 100-102).³³

O MR-8 apresentou por meio deste documento, as teses teóricas-metodológicas, concernentes ao debate estratégia da luta armada, cujos pressupostos distanciam-se do modelo foquista de luta armada. Como exemplo, a respeito da relação “vanguarda-massas exploradas”, o MR-8 apresenta uma análise crítica no que concerne ao “vanguardismo” das organizações tidas como militaristas. Segundo consta no documento “Orientação para a Prática”:

Os revolucionários devem negar duas concepções erradas sobre a relação vanguarda-massas exploradas. A que considera somente a vanguarda- a concepção dos “poucos e bons” - e a que considera somente as classes exploradas, desprezando o papel da vanguarda e colocando-a a reboque do processo. devemos reconhecer o papel histórico da vanguarda teoricamente e praticamente. Mas devemos assimilar que somente as classes exploradas derrubarão o poder burguês. Ou seja, devemos negar o espontaneísmo anárquico assim como o “vanguardismo” (ORIENTAÇÃO PARA A PRÁTICA, 2006, p. 348).

³² Na obra “Combate nas trevas”, Gorender, historiador e ex-militante da luta armada, ressalta o papel político das massas em detrimento da noção de um foco isolado na conquista da revolução (GORENDER, 1999, p. 100-103).

³³ Posto este debate sobre o “foquismo” no Brasil, cabe ressaltamos que a obra de Ernesto Che Guevara não pode ser concebida enquanto um mero manual mecanicista de aplicação da teoria do foco-guerrilheiro. Antes, refere-se ao conjunto de notas e apontamentos sistematizados através da experiência cubana a ser refletido nas diferentes conjunturas da América Latina (SOUZA, 2013, p. 16). Não obstante, a história da luta armada no Brasil demonstra que o acúmulo de “vícios” e os equívocos cometidos pelas organizações foquistas na esquerda brasileira resultou no fracasso dessas organizações ante o recrudescimento da repressão política no Brasil.

Enquanto alternativa política, a combinação entre a ação política-militar da vanguarda e a luta das “massas exploradas” seria o mote revolucionário, segundo o MR-8, capaz de conduzir a “guerra revolucionária” em seus processos mais consequentes, tais sejam: derrubar a ditadura por meio da Revolução Socialista e substituir o poder burguês pelo poder proletário. Para tanto, os apontamentos contidos em “Orientação para a Prática”, nos permite conceber uma formulação própria do MR-8 acerca da estratégia da luta armada no país: nem “foquista”, nem “massista”, mas uma organização revolucionária que visava a luta armada combinada, articulando a ação da vanguarda e a luta das massas, mediante distintas ações armadas e não-armadas sincronizadas em uma combinação tática e estratégica no campo e nas cidades. Conforme apresentado pela organização, tal opção estratégica justificava-se diante do aparato repressivo da ditadura e da necessidade de distanciamento dos vícios do “vanguardismo revolucionário” e isolamento das organizações.

Nessa perspectiva, o MR-8 define em seu documento político:

A guerra revolucionária em nosso país obedecerá à estratégia da guerra combinada, concentrando sua atenção nos seguintes aspectos: (...) d) a combinação da luta revolucionária nas diferentes regiões do país, nas diferentes cidades e nas diferentes zonas rurais; e) a combinação da utilização das formas armadas de luta entre elas e também entre as formas armadas e não armadas de luta (ORIENTAÇÃO PARA A PRÁTICA, 2006, p. 349).

Assim, a organização define a imprescindibilidade da luta armada combinada, observando que a “vanguarda revolucionária tem como tarefa desenvolver a visão integrada da estratégia da guerra combinada”. Caso contrário, “o desenvolvimento de um aspecto em detrimento de outros levaria inevitavelmente a derrotas” (Orientação para a Prática, 2006, p. 349). Ademais, o referido postulado pode ser testificado nos relatos de ex-militantes do MR-8 acerca da estratégia da luta armada defendida pela organização. Entre os quais, Cid Benjamin, ex-militante do MR-8 nos traz o seguinte:

A primeira ação armada da DI-GB foi no princípio de 1969. A gente tinha uma concepção que não via a ação armada na cidade simplesmente como um troço logístico para conseguir fundos para a guerrilha rural. Era um militarismo um pouco mais sofisticado. Teorizávamos sobre o que chamávamos de “guerra combinada”. A gente via nas cidades a importância dos movimentos de massas e até um apoio paramilitar a eles, além da execução de propagandas armadas, como por exemplo, aplicar um corretivo num capataz especialmente odiado numa fábrica. Ações exemplares a partir das quais a massa não só se identificaria conosco como poderia vir a se engajar nesse processo (CID BENJAMIN, 2010).³⁴

Também o ex-militante e dirigente do MR-8 João Lopes Salgado, ressalta a opção da luta armada combinada:

A gente estudava algumas questões de luta armada, de como se comportar, de treinamento. A Dissidência nunca foi uma organização vanguardista, nem depois do

³⁴ Relato contido na obra “O fantasma da Revolução brasileira” (RIDENTI, 2010, p. 51).

MR-8, como outras foram. A gente sempre tinha a impressão de que sem as massas não adiantava fazer a luta armada. Só adiantava fazer luta armada quando tivesse um apoio popular (SALGADO, 2008).³⁵

Ainda sobre a estratégia do MR-8 para a luta armada, o ex-militante do MR-8 na Bahia, José Carlos Souza, nos fornece o relato: “o que tem que se fazer é uma combinação de uma luta armada com a luta de massas. Então você não pode fazer uma e deixar a outra. As duas coisas têm que ser fundamentais” (SOUZA, 2017).³⁶ Portanto, compreendemos que o conjunto das orientações contidas no documento clandestino “Orientação para a Prática” (1971), assim como os relatos de ex-militantes, sistematizam uma concepção sobre a estratégia da luta armada combinada peculiar ao MR-8, a fim de contribuir no desafio (não concretizado) para a conquista da Revolução brasileira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), foi uma das dezenas de organizações revolucionárias que imergiram na luta armada nos anos 60-70 no Brasil. Essa opção pelas armas em tempos de ditadura brasileira, demandou da militância revolucionária mais do que coragem e sacrifícios, mas sobretudo uma convicção teórica no que diz respeito a concepção da vanguarda armada sobre o debate estratégico no caminho da Revolução brasileira. Não se trata de um processo histórico guiado por uma mera “ação pela ação”, ou de uma ousadia “cega” por parte daqueles que ousaram lutar contra o regime de exceção. A luta armada exigiu também uma profunda interpretação sobre a realidade a qual se buscava transformar. Por meio desta análise, definir os métodos e as formas de luta seria um passo atrelado ao referencial teórico reivindicado por cada organização na luta pela Revolução.

A luta armada fracassou. Os motivos para sua derrota são amplamente discutidos na historiografia, desde as memórias de ex-militantes até os especialistas temáticos. Não obstante, o conjunto de pressupostos logrados pelas organizações revolucionárias em seus documentos clandestinos são, sem dúvidas, de suma importância para a nossa compreensão sobre este contexto histórico, a partir de nosso tempo presente. Debruçarmos sobre tais documentos nos exige o manuseio dessas fontes através da correlação com suas referências teóricas em busca de uma contextualização sobre a complexidade do debate sobre a revolução durante a luta armada no Brasil.

³⁵ Entrevista concedida a Revista “ADVIR”, Nº 22, outubro de 2008, p. 136.

³⁶ Entrevista concedida para esta pesquisa em Salvador, 19 de outubro de 2017.

Nesse sentido, visamos nesse artigo científico apresentar uma análise teórica-metodológica dos documentos clandestinos “Linha Política” e “Orientação para a Prática”, situando o protagonismo histórico da organização do MR-8 no Brasil, entre 1969-1971, discutindo suas principais notas teóricas no debate sobre a luta armada em torno da Revolução brasileira.

REFERÊNCIAS

FONTES:

LINHA POLÍTICA, in: REIS Filho, Daniel Aarão, SÁ, Jair F. de. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 -1971*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 341-346.

ORIENTAÇÃO PARA A PRÁTICA, in: REIS Filho, Daniel Aarão, SÁ, Jair F. de. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 - 1971*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 341-346.

BENJAMIN, Cid. In: RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p. 51.

Resolução política- VI Congresso Nacional do PCB. Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional n.º 9; Editorial Avante!, Lisboa, 1976, págs: 127-166.

SALGADO, Lopes João, in: Entrevista concedida a Revista “ADVIR”, Nº 22, outubro de 2008, p. 136.

SOUZA, Carlos José, in: Entrevista concedida para esta pesquisa em Salvador, 19 de outubro de 2017.

BIBLIOGRAFIA:

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964- -1984)*. 5.ed. Trad. Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1989.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução burguesa no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2.ed. São Paulo: Ática, 1998.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-199)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo: Sol e Chuva, 1997.

LÊNIN, V. I. Prefácios às edições francesa e alemã. In: *Imperialismo*, fase superior do capitalismo. Obras escolhidas em três tomos. Lisboa: Edições “Avante!”, 1982.

LUNA, Cristina. Os sequestros de embaixadores na ditadura civil-militar. CARLO, Gian (org). *Os crimes e a história do Brasil: abordagens possíveis*. Maceió(AL): EDUFAL, 2015.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, 1977, v.1, pp. 223-252.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret. 2010.

_____. *Obras escolhidas*. São Paulo: AlfaÔmega, 2008., vol 1, p. 21.

_____. *Textos filosóficos*. (tradução de Carlos Grifo). 3 ed. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1974.

_____. *O manifesto comunista*. (Tradução Maria Lucia Como). 4ª ed. revista. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1999.

MELO, Demian Bezerra de (org). O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MIRANDA, Oldack e SILVA Filho, Emiliano José. *Lamarca. O capitão da guerrilha*. 12ª ed. São Paulo, Global, 1989.

NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (orgs.). *Carlos Marighella. O homem por trás do mito*. São Paulo, Ed. UNESP, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAES, Maria Helena Simões. *A década de 60 – rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. 5ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In- *O Brasil Republicano – o tempo da ditadura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

SANTOS, Theotônio dos. “O debate sobre a dependência”. In: _____. *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SILVA, Izabel. Os filhos rebeldes de um velho camarada: a trajetória da dissidência comunista da Guanabara e do movimento revolucionário 8 de outubro. In: SALES, Rodrigues Jean (org.). *Guerrilha e revolução- a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

SOUZA, Silva Sandra Regina Barbosa da. *Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)*. Salvador: EDUFBA.

VENTURA, Zuenir. *1968- o ano que não terminou*. São Paulo, Planeta do Brasil, 2008.